



# Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2011)

Jamur Johnas Marchi<sup>1</sup>

[jamur.marchi@unipampa.edu.br](mailto:jamur.marchi@unipampa.edu.br)

## BASES DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

### Resumo

A ideia de que a ciência da administração nasceu dentro das ciências sociais sob o rótulo de 'aplicada', fundamentada principalmente nos princípios da administração científica de Taylor e Fayol, depois, seguindo outras escolas (relações humanas, estruturalista e contingencial) contribuíram para a formação de um corpo teórico chamado de teoria geral da administração ou TGA, como é mais conhecida. Neste corpo teórico encontram-se as mais diversas ferramentas de aplicação à prática gerencial, contudo, para que a administração se torne uma ciência robusta necessita buscar conhecer e compreender suas raízes e seus pré-saberes. O presente trabalho teve por objetivo rever as bases das principais correntes de pensamento e sua influência na formação do conhecimento em administração de forma a chamar a atenção do leitor, não para desprestigiar as abordagens gerenciais, mas para situar o campo de percepção do leitor em relação à teia de conhecimentos que formou a base desta ciência. Para estudar o conhecimento, para compreendê-lo em termos de formação, de raízes e produto do intelecto humano a ciência requer estudos epistemológicos. A epistemologia pode ser definida etimologicamente como o discurso sobre a ciência. Em outras palavras, preocupa-se com a reflexão sobre o saber e seus pré-saberes. A epistemologia pode ser global ou particular, ou ainda específica quando trata de uma disciplina (JAPIASSU, 1991). Neste caso, para o estudo da ciência da administração, emprega-se aqui uma epistemologia específica, pois se pretende refletir, sobre as raízes e os pré-saberes, que constituíram a base do conhecimento da ciência da administração. Para alcançar este objetivo, utilizou-se como método uma revisão bibliográfica de autores das principais correntes de pensamento, a saber: empirismo e racionalismo (Bacon, 1979; Descartes, 1979 e Kant *apud* Padovani e Castagnola, 1980), positivismo e utilitarismo (Comte *apud* Padovani e Castagnola, 1980; Popper, 1980; Schlick e Carnap, 1980 e Bentham, 1979), funcionalismo (Durkheim, 1978; Malinowski, 1970 e Selznick, 1967) e sistemismo (Bertalanffy, 1977; Parsons, 1967; Buckley, 1971 e Kast e Rosenzweig, 1980). Estes compõem um arcabouço que influencia a corrente funcionalista na ciência da administração. Por outro lado, a dialética (Marx, 1986; Gurvitch, 1987; Chanlat e Séguin, 1987 e Benson, 1987) e a complexidade (Descamps, 1991; Morin, 1982 e Prigogine e Stengers, 1997), que influenciam a formação tardia de uma corrente crítica na ciência da administração. Com base nestes autores, seguiu-se uma análise onde se evidenciou aspectos essenciais do pensamento influenciador absorvido pela ciência da administração. Optou-se por iniciar a discussão a partir das bases da ciência moderna, pois seus pressupostos fragmentadores e racionalistas influenciaram sobremaneira a formação dos princípios da administração científica, na decomposição e simplificação das tarefas e na visão do homem racional. Com a formação da escola positivista, pressupostos de uma evolução linear para o progresso acabaram por influenciar a ciência da administração. Ainda, o materialismo e o utilitarismo influenciaram a formação de uma sociedade de consumo para sustentar as forças capitalistas. Estas bases foram consolidando a

---

<sup>1</sup> Doutorando em Administração no CPGA/UFSC e Professor assistente da Universidade Federal do Pampa

corrente funcionalista que trouxe a relação entre função e necessidade, a visão das estruturas sociais como estruturas funcionais e a legitimação das organizações por seus objetivos ou razão de existir. O homem passou a ser reconhecido pela sua função na organização. Apesar de entender a necessidade de unir as partes, a corrente sistêmica reforçou o funcionalismo e transportou para a ciência da administração aspectos como a sociedade como um conjunto de organizações, estas legitimadas ainda mais pela sociedade, pois as organizações são parte do sistema social. A partir do sistemismo ocorre a afirmação do estruturalismo funcional, sendo otimizados e perpetuados por modelos de processos, regulação dinâmica, equilíbrio do sistema e reprodução do sistema. Por outro lado, uma corrente crítica se desenvolveu tardiamente nas ciências sociais incluindo a administração. Algumas razões podem ser citadas: o funcionalismo ocultou a ideologia do capital com culto ao tecnicismo e à eficácia; a expansão econômica do fordismo; a hegemonia do funcionalismo nas ciências sociais; o desinteresse do marxismo pelos estudos organizacionais; e, o totalitarismo das experiências comunistas. A corrente dialética tem influenciado, em um passado recente, a ciência da administração porque considera os fenômenos inter-relacionados, a produção social da organização que envolve as noções de ideias, interesses e poder dos atores. Percebe a organização como uma totalidade e considera a história ou a trajetória da organização, as mudanças de sistema e os conflitos decorrentes. A complexidade procura integrar as ideias. Apesar de este trabalho considerá-la crítica, Morin (1982), um de seus principais expoentes, considera a complexidade como unificadora não podendo ser classificada ou colocada como forma de oposição as demais correntes de pensamento, pois defende a ideia de que o complexo integra todas as outras. Para a ciência da administração suas influências são ainda pouco exploradas, porém, pode-se aqui relacionar possíveis elementos contributivos como, por exemplo: considerar a ordem e a desordem, os estados de equilíbrio e desequilíbrio, a união de contrários, a dinâmica dos fluxos dos processos, a inseparabilidade do sujeito e seu objeto, a trajetória de desenvolvimento não-linear e a incerteza. Concluindo, a ciência da administração tem sido uma ciência marginal em virtude dos poucos elementos críticos que possam apontar as suas falhas epistemológicas. Por ora, talvez o principal problema seja a prisão ideológica, pelo fato da administração ter se originado como ciência em um contexto peculiar de ascensão e consolidação do capitalismo, dentro de uma sociedade organizacional. Neste trabalho, percebe-se com destaque a influência do paradigma funcionalista, que dominou as ciências sociais e influenciou sobremaneira a administração, dentro de sua lógica formal, racional e utilitária. Tardiamente, a corrente crítica procura superar esta visão nas organizações. Estes procuram perceber a organização em sua infra-estrutura, no sentido marxista, buscando compreender elementos que estão fora de alcance da ótica funcional. Abordagens críticas e/ou complexas podem ampliar a análise trazendo variáveis novas, novas categorias de análise para o debate, de modo a contribuir para uma ciência da administração mais sólida e coerente, livre de laços ideológicos, permitindo que o *iceberg* inteiro seja observado. Conhecer e reconhecer seus pré-saberes, suas raízes, dentro de uma visão multiparadigmática, talvez possa contribuir para o amadurecimento da administração como ciência, permitindo alçar vãos mais altos dentro do universo científico.

**Palavras-chave:** ciência, bases do conhecimento, ciência da administração, epistemologia.

## 1 Introdução

A administração nasceu dentro das ciências sociais sob o rótulo de ‘aplicada’. Do princípio da administração científica de Taylor e Fayol emergiram seus principais postulados. Depois, outras escolas (relações humanas, estruturalista e contingencial) contribuíram para a

formação de um corpo teórico chamado de teoria geral da administração ou TGA, como é mais conhecida. Neste corpo teórico encontram-se as mais diversas ferramentas de aplicação à prática gerencial. Todo administrador que passou pelas escolas de administração no Brasil sabe muito bem isso. Acontece que crer simplesmente que este corpo representa cientificamente a administração é como ainda crer que o Brasil fora descoberto por Pedro Alvarez Cabral. O que talvez muitos não saibam é que as raízes da ciência da administração remontam outros tempos, outras épocas, antes mesmo da própria sociologia.

Atualmente, uma das problemáticas da administração como ciência no Brasil reside no distanciamento entre seu corpo teórico e a realidade das organizações. As concepções reproduzidas nas escolas e difundidas pelos meios científicos refletem apenas parte das tipologias organizacionais brasileiras (SERVA, 1992), sofrem desvios epistemológicos como argumentado por Chevallier & Loschak (1982) devido à carga ideológica, ao empirismo e ao formalismo e ainda, podem estar sofrendo de um fechamento, devido ao reforço positivo entre paradigma vigente e sociedade que o compartilha (KUHN, 1987). Como será evidenciada, a administração torna-se ciência dentro de um contexto específico da sociedade moderna, o contexto da ascensão do capital e da sociedade organizacional. Dentro desta lógica, a própria sociedade sofreu desta influência, sendo esta refletida atualmente. Vive-se em uma época em que a sociedade tem sido também reconhecida como uma sociedade de organizações (ETZIONI, 1984). Hoje em dia, se nasce, se aprende, se trabalha, se morre dentro de organizações dos mais diversos tipos para ‘atender’ as mais diversas necessidades humanas.

Diante deste contexto, o presente trabalho tem por objetivo rever as bases das principais correntes de pensamento que influenciaram a formação do conhecimento em administração. Entende-se que aqui este objetivo é alcançado parcialmente, pois se reconhece a amplitude do mesmo. Contudo, pretende-se chamar a atenção do leitor, ainda que brevemente, para perceber as raízes do conhecimento e ampliar o campo de visão no campo científico da administração. É necessário destacar que não se pretende aqui travar uma discussão excludente entre paradigmas dominante e emergente, ou entre abordagens gerenciais e críticas, mas sim, trazer à luz aspectos que influenciaram e ainda influenciam o desenvolvimento das ciências da administração.

Para alcançar estes objetivos, utilizar-se-á como método uma revisão bibliográfica e discussão entre as ideias dos principais autores ligados à correntes de pensamento. O trabalho então fica assim estruturado: inicia-se o primeiro tópico trazendo os conceitos de saber, de epistemologia e de paradigma que se julga fundamentais para o entendimento do trabalho; segue-se com uma apresentação das correntes do pensamento científico; explicitam-se as influências destas correntes no conhecimento da ciência da administração em um tópico de discussão; e, por fim são tecidas as conclusões do presente trabalho.

## **2 Saber, epistemologia e paradigma**

A formação de um corpo de conhecimento em torno de uma ciência representa um conjunto de saberes. Segundo Japiassu (1991, p. 15) considera-se saber “todo um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados e susceptíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino”. Este conceito é geral e engloba todos os tipos de saberes. Em termos de ciência, o autor é mais específico, limitando às ciências os saberes matemáticos e empíricos. Contudo, alerta que existe sempre uma aquisição não científica por traz do saber científico, o pré-saber.

Para estudar o conhecimento, para compreendê-lo em termos de formação, de raízes e produto do intelecto humano a ciência conta com estudos epistemológicos. A epistemologia pode ser definida etimologicamente como o discurso sobre a ciência. Em outras palavras, preocupa-se com a reflexão sobre o saber e seus pré-saberes. A epistemologia pode ser global ou particular, ou ainda específica, quando trata de uma disciplina (JAPIASSU, 1991). Neste ca-

so, para o estudo da ciência da administração, emprega-se aqui uma epistemologia específica, pois se pretende refletir, sobre as raízes e os pré-saberes, que constituíram a base do conhecimento da ciência da administração.

Ainda, outro conceito relevante de colocar em evidência para os fins deste trabalho é a ideia de paradigma. A importância em se entender o conceito de paradigma advém primeiro do intenso uso do termo atualmente na comunidade científica e, segundo, porque o conceito estando claro nos permite nivelar o que se pretende discutir. Para entender paradigma, Kuhn (1987) contribui detalhando o conceito em dois lados

De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc..., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes dos quebra-cabeças da ciência normal (KUHN, 1987, p. 218).

De acordo com o conceito apresentado, pode-se dizer que o que se quer discutir neste trabalho são as raízes do paradigma da ciência da administração, ou seja, o conjunto de saberes, crenças, técnicas, modelos e regras que domina, integra e é partilhado pela comunidade da ciência da administração. Ainda com a contribuição de Kuhn (1987, p. 219) o paradigma possui uma relação circular com a comunidade que o compartilha, ou seja, ao mesmo tempo em que “um paradigma é aquilo que uma comunidade compartilha, uma comunidade científica consiste em homens que compartilham de um paradigma.” Esta colocação vem ao encontro da preocupação inicial deste trabalho, pois já denuncia o risco do fechamento, do isolamento, desta relação circular nas comunidades científicas, do que não foge ao risco a ciência da administração.

### **3 Correntes de pensamento**

Neste tópico apresentam-se as principais correntes de pensamento científico as quais influenciaram os diversos campos científicos incluindo-se o da administração. Esta apresentação é realizada de maneira breve, com a preocupação de destacar suas principais ideias e elementos. Inicia-se com o racionalismo/empirismo, segue-se com o positivismo/utilitarismo, após se apresenta o funcionalismo e o sistemismo. Estas correntes congregam-se no paradigma vigente. Finaliza-se o presente tópico com a corrente dialética a qual representa uma oposição ao paradigma vigente e a teoria da complexidade, que procura unir os contraditórios em um arcabouço complexo.

#### **3.1 Racionalismo/empirismo**

Kant, Bacon e Descartes são os autores de referência cuja leitura permite apreciar os postulados da ciência moderna: o criticismo, o empirismo e o racionalismo. Comum ao trabalho dos três pensadores são as citações carregadas de desprezo aos seus antecessores o que indica o momento de ruptura com o conhecimento até então estabelecido, em busca de um pensamento racional.

No criticismo kantiano, destaca-se a exaltação da razão e a crítica à metafísica. Padovani e Castagnola (1990) ilustram a vida e obra de Emanuel Kant, fundador do criticismo. Segundo estes autores, o criticismo de Kant surgiu da influência do empirismo e do racionalismo, tornando-se o “centro da filosofia contemporânea idealista e positivista”. A obra de Kant revela-se uma crítica à metafísica racionalista, sob a influência de pensadores como Locke, Hume e Rousseau, com a pretensão de instituir uma investigação preliminar a qualquer outra sobre as possibilidades da razão. Suas maiores obras foram: A crítica da razão pura (1781); A crítica da razão prática (1788); e, A crítica do juízo (1790).

A crítica da razão pura representa uma teoria do conhecimento, onde Kant procura descrever e analisar as formas do conhecimento humano em termos de tempo e espaço, de

categorias do intelecto (que transformam as representações espaciais e temporais em objetos), e, de conhecimento racional (ou ideias da razão). Na crítica da razão prática, Kant postula sobre Deus, a alma e a liberdade, numa tentativa de resgatar estes elementos, por ele criticado, em sua obra anterior. A tese de Kant para este resgate concentra-se na moralidade que segundo ele encontra-se desconhecida pelo mundo, porém sendo um valor absoluto, para julgar as ações do homem. A crítica do juízo deriva do sentimento humano, que Kant considera dividido em dois tipos de juízos. O juízo teleológico se aplica ao sentimento experimentado pela realidade que cerca o ser humano. Já, o juízo estético é aquele que atribui qualidade a esta realidade observada.

Francis Bacon (1779) em *Novum Organum* procura estabelecer uma forma para estudar a natureza empiricamente. Bacon, inicialmente, critica os resultados da ciência de sua época e atribui estes mais ao acaso. Também critica o uso da lógica e do silogismo, atestando falta de solidez em seu uso. Preocupa-se então em propor meios para auxiliar a mente a organizar a investigação. Propõe a busca por experimentos que iluminem as causas, para, a partir delas, se chegar aos axiomas e resultados práticos, dentro de uma linha ou processo contínuo de evolução do conhecimento.

Nota-se, em Bacon (1779) um espírito entusiasta em tentar estabelecer meios para “se conhecer a verdade de forma clara e manifesta”. Em suas máximas, encontram-se também críticas aos antecessores e certa exaltação a razão ao método investigativo, que segundo ele, conduziria o pensamento em busca da verdade. O interessante em Bacon é sua tentativa de estabelecer elementos balizadores do pensamento, a fim de não deixá-lo em devaneio. Para Bacon a investigação deveria buscar as causas (verdades evidentes) para depois se chegar às conseqüências, o que parece lógico e linear.

Na obra de Descartes (1779) encontra-se a exaltação ao racionalismo para a investigação das verdades. Antes de propor seu método, o autor declara que seu desígnio fora, antes de tudo, reformar seu próprio pensamento, por acreditar assim, melhor conduzir sua vida, lentamente, na busca de fundamentos que lhe fossem racionalmente verdadeiros. Para tanto, tomou as coisas como duvidosas até que se encontrem evidências que as tornem verdadeiras, sendo este o primeiro de seus quatro preceitos do método. O segundo consiste em dividir o problema em partes, tantas quantas forem necessárias para sua solução. O terceiro, analisar cada elemento, começando pelos mais simples até o conhecimento mais composto. O quarto, realizar enumerações e revisões criteriosas visando nada omitir. Assim, Descartes acredita encontrar a verdade das coisas, sendo esta verdade, para ele, única e total.

Obviamente, com Descartes é que enfim compreende-se melhor a gênese da ciência moderna. No momento que Descartes propõe o método, a ciência passa a investigar os elementos formados de um todo, através da divisão em partes, analisando e classificando estas partes para depois de conhecida, ser recomposta ao todo. Como foi visto, é comum em Kant, Bacon e Descartes certo desprezo pelos seus antecessores, o que se configura como uma característica de ruptura com o passado e uma tentativa radical de estabelecer o novo. Percebe-se também o convite para uma reforma do pensamento então vigente na época, para um novo pensar, mais racional e cético e metodicamente estruturado.

### **3.2 Positivismo/utilitarismo**

Decorrente do racionalismo e do empirismo a discussão no campo das ciências avança para o positivismo/utilitarismo, momento em que as ciências sociais se consolidam como ciência sob a influência de Comte sobre a criação da sociologia. No contexto da ciência moderna, Popper (1980) defende que para que um sistema seja científico, este deva ser testado pela experiência sendo possível refutá-lo ou não (critério da falseabilidade).

Neste sentido Schlick (1980) argumenta sobre a distinção (demarcação) entre a metafísica e as ciências, quando destaca o problema da compreensão de um ‘mundo externo’. Este

autor descreve duas linhas de pensamento: o realismo, que acredita neste mundo; e, o positivismo, que não o aceita. Schlick discorda da ideia positivista do “dado” para designar o que realmente existe, quando argumenta que o “dado” acaba por ser um conteúdo da consciência de alguém. O autor questiona o significado da realidade dos positivistas, e defende a existência como condição e não como propriedade. Schlick procura estabelecer uma linha de pensamento empírico realista ao afirmar que a negação de um mundo externo pode não ser uma proposição falsa, mas sim, carente de sentido.

Destaca-se nesta discussão o conflito que conduz a separação entre a filosofia e a ciência, com o positivismo, e a defesa de uma ciência utilitarista. Esta ruptura decorre com o Círculo de Viena onde ficou clara a oposição ao metafísico e a exaltação da ciência como único instrumento sobre o qual o conhecimento poderia avançar. Estabelecem o conhecimento científico em duas ordens: as lógicas matemáticas; e, as proposições empíricas, baseadas em fatos verificáveis.

Para Padovani e Castagnola (1990) o positivismo deriva do avanço das ciências naturais e trouxe em seu bojo o conceito de evolução (ou progresso), a exclusão da metafísica e a redução da filosofia a um método para sistematizar as ciências. Dessas ideias advém a cultura materialista. Seus expoentes são Comte, Spencer, Mill, entre outros. O positivismo de Comte impregnado por ideias fragmentadoras separa da metafísica e da teologia, as ciências. A proposição de Comte despreza a filosofia e ignora a teologia, reduz o conhecimento à ideia linear de progresso, como um processo evolutivo. Processo este que também aparece na obra de Spencer, cujo texto é dominado pelo utilitarismo. Para entender o princípio da utilidade, Bentham (1979) sugere que o útil está diretamente relacionado ao prazer e a dor, provocados por sua ação. Este princípio aprova ou desaprova estas ações no sentido de melhorar ou não a felicidade das pessoas. Também considera que este princípio está relacionado aos interesses de qualquer ente, seja, uma pessoa ou uma comunidade. No caso de uma comunidade, o legislador teria apenas por objetivo a felicidade desta, em termos de prazeres e segurança.

No contexto das ciências sociais, Demo (1985) argumenta que o utilitarismo e o positivismo levaram a ciência a deter-se àquilo que é observável, verificável e útil à sociedade. Este autor explica teceu algumas críticas ao positivismo enquanto método. Destacam-se: a superficialidade da investigação dos fenômenos; ignora-se o trato dos dados; excluem-se os sentidos; afasta-se da filosofia; considera como possível de teorizar somente o que é observado; e, institui um caráter essencialmente pragmático às ciências. Para Demo (1985) o empirismo se equivoca ao acreditar que o objeto de investigação é só um objeto. Segundo o autor, na própria coleta de dados, ou na observação de um fato, este dado ou fato já está sofrendo o efeito do sujeito que o observa e da “lupa” deste observador.

### **3.3 Funcionalismo**

As interconexões de idéias em torno do paradigma do positivo utilitarista conduziram a inserção do paradigma funcionalista, em especial na antropologia e na sociologia. Malinowski (1970, p.137) sugere que o funcionalismo “ocupa-se da compreensão clara da natureza dos fenômenos culturais” (p. 137). Concorda com a abordagem durkheimiana quanto à análise de sistemas sociais pelo método funcional. Destaca ainda que a função determina a forma e concebe o processo cultural como uma aparelhagem instrumental, cujos componentes são: artefatos, grupos organizados e o simbolismo. O conceito de função, segundo o autor, deriva dos conceitos de utilidade e relação, visando à satisfação de necessidades, das mais primárias às mais supérfluas.

Para entender a visão de Durkheim (1978) pode se dizer que este toma a ‘função’ como uma relação de correspondência a uma ‘necessidade’. Teceu este argumento sob uma perspectiva antropológica da família (funções do homem e da mulher) para justificar uma moralidade na divisão do trabalho. Encontra esta moralidade na solidariedade social, justifi-

cada pela relação conjugal de homem e mulher, e a coloca como condição de existência da própria civilização, passando então a “utilidade econômica da divisão do trabalho”. Com esta dedução parece que Durkheim consegue demonstrar que a divisão do trabalho é também um fenômeno sociológico e não puramente econômico.

Na antropologia Malinowski (1970) destaca a instituição como unidade funcional, concreta, observável, com um estatuto próprio que lhe legitima. A instituição é a forma derivada da função, cujo processo evolutivo vem desenvolvendo-a, especializando-a para satisfazer as necessidades. Radcliffe-Brown (1973) escreve sobre o conceito de função aplicado às estruturas sociais, através de uma analogia entre “vida social e vida orgânica”. Estabelece uma sutil diferença entre atividade (o que se faz) e função (por que se faz). Na sua analogia, destaca-se a estrutura social, formada pelos seres humanos e suas atividades e inter-relações, em um todo integrado. Define a vida social como o funcionamento da estrutura, ou seja, a função da estrutura é manter a vida social. Argumenta no texto que os limites da analogia que propôs: primeiro, a estrutura social só pode ser observada em seu funcionamento, ou seja, possui um caráter dinâmico; e, segundo, as estruturas sociais podem mudar ao longo do tempo. O autor estabelece então uma definição para “função”, “é a contribuição que determinada atividade proporciona à atividade total da qual é parte” (p. 224).

Estas correntes de pensamento influenciaram, segundo Séguin e Chanlat (1987), a concepção de organização. De fato, o utilitarismo e o funcionalismo, não só foram formas de perceber a organização como também perpassam todo o ambiente organizacional. Selznick (1967) define organização formal como um sistema de atividades coordenadas, entre duas ou mais pessoas, constituindo uma expressão racional. A partir deste conceito descreve sobre o caráter formal da organização como um sistema de delegação e controle que se insere em um sistema maior, uma estrutura social ou ambiente institucional, que exerce pressões sobre a organização. Argumenta que os princípios funcionais estudados pela administração abordam elementos mais técnicos, ou seja, econômicos. Percebe-se em Selznick (1967) a concepção de que a organização é um todo formado de pessoas, coordenadas por linhas de comando e regras estabelecidas, que visam à consecução de objetivos. Destaca-se a visão do autor em estabelecer o lado formal pelas ações racionais, ou econômicas, sem descartar o lado da natureza dinâmica da personalidade humana, moldável, porém conflituosa e pouco controlável.

Da antropologia social e da sociologia tem-se a ideia de que a sociedade é formada por instituições e organizações e que estas existem para suprir as necessidades desta sociedade. De fato, ao nascer e ao morrer o ser humano está vinculado a elas. O berçário do hospital, a família, a escola, a universidade, o trabalho, o lazer, o funeral e o próprio cemitério podem ser vistos por este olhar. Reconhecer as organizações, analisá-las, tipificá-las, são ideias que advêm destes pensadores e que se refletem nos fundamentos da ciência da administração e dos estudos organizacionais atuais.

### **3.4 Sistemismo**

Para Demo (1985) o sistemismo segue a trajetória iniciada pelo funcionalismo. Apesar das nítidas contribuições e conteúdo próprio, esta abordagem não chega a configurar-se como um novo paradigma, ao contrário reforça o paradigma vigente. O enfoque sistêmico decorre do funcionalismo (ideias de função e objetivos que interessam à sociedade) e do estruturalismo (conjunto de partes estruturais que combinadas formam um todo organizacional) com influências da cibernética e da teoria da informação. Ainda segundo Bertalanffy *apud* Demo (1985), o enfoque sistêmico pode propor uma nova concepção de mundo, o “mundo como organização”, o que acaba por se distanciar de visões reducionistas como o estruturalismo. Ou seja, acredita-se que tudo poderia ser explicado através do enfoque sistêmico.

Estas ideias aparecem na sociologia com Parsons (1967). Este autor propõe elementos para um tratado sociológico da organização. Conceitua organização a partir da ideia de um

coletivo que possui uma meta a ser realizada (sistema social). A realização da meta envolve “uma relação entre um sistema e as partes relevantes da situação externa”, ou seja, a organização produz algo que alimentará outro sistema externo a ela. Dentro da organização a realização de metas envolve os processos vinculados a estas metas, estes processos são realizados por subsistemas interrelacionados, guiados por mecanismos de mobilização. O autor tem uma postura eminentemente funcionalista, com traços teleológicos, pois acredita que a análise da estrutura de sistemas sociais parte de seu padrão de valores, que na esfera sistêmica maior lhe conferem legitimidade. Estes valores também legitimam as funções necessárias para realização da meta.

Kast e Rosenzweig (1976) entre outros teóricos organizacionais abordam o conceito moderno de sistemas, sua difusão e relações com a administração, sob influência do funcionalismo. Explicam a organização como sistema aberto, e como um sistema sócio-técnico estruturado. Quanto aos sistemas administrativos os autores apontam para três níveis: técnico, organizacional e institucional. Percebe-se que os elementos da teoria sistêmica foram amplamente aceitos e úteis para ajudar a compreender e explicar as organizações e o sistema de administração. Seguindo as premissas do funcionalismo, o sistemismo foi adotado pela moderna teoria da organização promovendo um avanço considerável em relação a outras abordagens.

Em Buckley (1971) encontra-se severa crítica à discussão do enfoque sistêmico na sociologia, argumentando que o tratamento dado não passa dos modelos de equilíbrio mecânico, ou de analogias orgânicas baseadas no darwinismo. Acredita que os sistemas sociais tenham estrutura e dinâmica única, incomparável com outros tipos de sistemas, como o mecânico ou orgânico. Neste sentido Buckley posiciona a teoria da organização como a ciência que trata da complexidade organizada. Até aqui foram apresentadas as bases formais da ciência moderna. As bases do racionalismo e do empirismo influenciaram o positivismo, deste, emerge o utilitarismo e o funcionalismo e, por fim o sistemismo. Nos próximos tópicos se avança sobre aspectos da dialética e da complexidade, pois estas ensejam uma visão crítica, às bases já citadas.

### 3.5 Dialética

A lógica dialética constitui uma oposição à lógica formal positiva, pois procura ir além da contemplação e da fragmentação. A lógica dialética intenta compreender a realidade total, não de maneira estática, mas sim dinâmica. Visa o conteúdo e não a forma (Lefebvre, 1983). Neste aspecto Marx ampliou o uso da dialética ao adotá-la como método para tecer críticas ao sistema capitalista. A dialética então se consolidou como uma alternativa metodológica para compreender a realidade.

Foulquié (1978) apresenta os precursores da dialética, Heráclito e filósofos neoplatônicos, porém concentra-se na dialética hegeliana e marxista. A primeira tem influência teísta e concebe Deus como uma ideia absoluta. O real é composto de identidade e contradição e a conciliação de contrários nas coisas constitui dialética para Hegel, “*o ser é, o ser não é, o ser é devir*”. A síntese ultrapassa a contradição, mas conserva as duas proposições. A dialética marxista é composta do materialismo histórico (transição da história) e materialismo dialético (instrumental de captação). Sua tese defende que não são as idéias que governam o mundo, ao contrário, são elas que dependem das condições econômicas ou em última análise, da matéria (negação da tese de Hegel). Marx buscava não só compreender, intencionava poder agir, transformar. Na dialética de Hegel, a realidade é uma manifestação da ideia (processo de pensamento) exteriorizada no mundo. Na dialética de Marx, o mundo existe independentemente de todo espírito (pensamento).

Para Gurvitch (1987) toda dialética visa simultaneamente à totalidade e às partes. Enquanto método é sempre negação, visa destruir a lógica formal, do geral, abstrato, do discursivo.



sivo, com a finalidade de atingir o que estes encobrem. Combate o ceticismo e o dogmatismo. Em Lefebvre (1983) faz-se distinção entre a lógica formal e a lógica dialética. A lógica formal visa a forma, pois é abstrata, a lógica dialética visa o conteúdo, pois este é dialético (sujeito-objeto). A história da lógica formal vem do pensamento grego, que era estático e contemplativo, distante da realidade. A lógica dialética supera a formal, pois considera o fenômeno no conjunto de suas relações.

Em Demo (1985), a dialética é vista como método que passa a privilegiar alguns fenômenos que se julgam ser mais básicos que outros. Algumas características básicas da dialética: historicidade caracteriza a mobilidade constante da história; processo, propriedade de estar em formação; estado de vir-a-ser: realidade social se desdobra continuamente, se movimenta; mutação social: mudanças do sistema; transcendência: possibilidade de superação de dado sistema, não como um rearranjo, mas como revolução; conflito social: como força para o movimento, opõe-se à utopia (realidade sem conflitos); relatividade do social: sentido de provisório, inacabado.

Por outro lado, apesar do potencial amplificador da dialética, Demo (1985) salienta que o instrumental dialético contém seus problemas e seus vazios. Neste sentido, Gurvitch (1987) destaca três pontos pouco claros da dialética, dentre eles: a) como se dá o movimento real, ou seja, o caminho tomado pelas totalidades humanas (sociais e históricas), a geração recíproca de suas partes e de seus conjuntos; b) enquanto método, como compreender este movimento das totalidades sociais e históricas; e, c) que relação dialética se estabelece entre o objeto construído por uma ciência, o método empregado e o ser real. A dialética enquanto método parece ter muito a esclarecer, pois se percebe dificuldades de entendimento e aplicabilidade como método científico.

No contexto das ciências sociais, a dialética é vista como paradigma crítico às organizações. Segundo Chanlat (1987) e Benson (1987) constitui-se, neste sentido, não apenas como um instrumento teórico de análise, mas também como um projeto libertário.

Chanlat (1987) sugere 6 concepções do paradigma crítico para as organizações: 1. concepção sociológica: enxergar a organização dentro do contexto mais amplo; 2. concepção histórica: a análise histórica da organização, para conhecer as leis que regem crises e transformações; 3. concepção dialética: tripla dialética (interna, externa e do indivíduo); 4. concepção desmistificadora: revelar os motivos não ditos, existentes nos conflitos e contradições; 5. concepção acionalista: organização como produto humano, expressão de potencialidades e projetos de homens e mulheres; 6. concepção emancipadora: libertar o homem de certos limites econômicos, políticos, sociais e culturais, que o impede de realizar-se como ser humano no trabalho. Benson (1987) lança uma abordagem alternativa que se julga emancipadora, centrada sobre a noção de processo. Destaca elementos fundamentais: a produção social da organização que envolve as noções de idéias, interesses, poder dos atores; a organização como uma totalidade, visão das relações complexas da organização; e, contradições presentes no tecido organizacional, produzida no interior da organização e promotoras da mudança.

No estudo das organizações a dialética espera ir além dos limites formais do funcionalismo e das idéias sistêmicas de regulação e equilíbrio, pois busca revelar as relações complexas envolvendo a organização, seu mundo exterior e os indivíduos. Entre estes, pretende revelar as ligações históricas, de poder e dominação, conflitos, interesses, entre outros, em uma perspectiva transformadora ou emancipadora, propondo enfim novas formas organizacionais.

### **3.6 Complexidade**

As idéias de complexidade aqui apresentadas, tomam como linha mestra o pensamento de Morin. É importante deixar claro este posicionamento, pois o termo “complexidade” tem sido empregado por outras vertentes (cibernética, matemática computacional entre outras) para explicar o comportamento de equações não-lineares.

Entende-se aqui que o paradigma da complexidade emerge como uma abordagem integradora para explicar o real, ou ainda, para perceber este de uma maneira mais próxima. O paradigma simplificador conduziu as ciências à separação, apesar de Descartes acreditar e propor que após a fragmentação dos elementos em suas partes, estas seriam reintegradas ao todo para a sua compreensão total. Ao contrário, o que se seguiu fora a sujeição das ciências da natureza à ditadura do isolacionismo. A ciência foi fragmentando e isolando tanto os elementos que seu progresso resultou também no seu impasse fatal, ao reduzir o átomo em seus elementos fundamentais, descobriu que este era formado principalmente de espaço. Mais tarde percebeu que o sujeito não se isola completamente do seu objeto de pesquisa, ao estudar o comportamento de algumas partículas subatômicas, percebeu-se que o observador poderia percebê-las ora como matéria ora como onda. Ou seja, dependendo do ponto de vista do observador o objeto apresenta certo comportamento.

Descamps (1991) comenta sobre a complexidade e seu debate na filosofia contemporânea nos aspectos de interdisciplinaridade e do saber 'com' e não 'contra'. Apresentando Morin, Descamps (1991) destaca a necessidade da ciência em conhecer-se, de repensar-se não mais isolada, mas tecida num contexto cultural e histórico. Morin é um dos autores que mais tem se debruçado sobre a necessidade da complexidade. Para este autor a ideia não é excluir a ordem, o estático, ou o equilíbrio, mas sim, incluir a desordem, o dinâmico, os desequilíbrios, ou seja, perceber que a natureza é complexa e que situações de ordem e equilíbrio são apenas mais um estado dentro da dinâmica do fluxo.

Morin (1982) amplia a ideia de ordem sugerindo sua complexificação, alegando que existem diversas ordens em diferentes formas de ordem. Além do determinismo, inclui na noção de ordem a ideia de coação, que significa coagir, constranger. Também aponta para a questão das singularidades das espécies vivas e argumenta que a ordem esta ligada à ideia de interações. Incluindo a noção de estrutura, a ordem pode ser vista como organização. "A organização constitui um conjunto não redutível às partes, porque dispõe de qualidades emergentes e de coações próprias" (Morin, 1982, p. 73). Por outro lado, Morin (1982) destaca que a desordem possui um elemento subjetivo, a incerteza; e, um elemento objetivo, o desvio, ou a instabilidade, ou as irregularidades, etc. Tem em si a álea (sorte, risco). A desordem corrobora com a ordem para criar a organização, ao mesmo tempo em que, consiste em uma ameaça através da entropia interna e do acidente externo. Para o autor não é possível conceber um mundo só baseado na ordem ou só baseado em desordem, mas sim em uma mistura dos dois. Para tanto sugere três pontos: a) trabalhar a incerteza (o objetivo é dialogar com o mundo); b) usar a racionalidade (dialogar com o irracional); e, c) pensar complexo (pensar conjuntamente o certo e o incerto, o lógico e o contraditório e incluir o observador na observação).

Neste sentido a obra de Prigogine é relevante, pois demonstrou a possibilidade de emergir ordem no caos, ou ainda, em outras palavras conceber um caos auto-organizador. Buscar ordem na desordem foi o intento de Prigogine e Stengers, segundo Descamps (1991), através do estudo de estruturas dissipativas, na obra *A Nova Aliança*. O autor destaca o caráter filosófico desta obra e sua ousadia em propor uma forma de re-encantamento com o mundo. Para Prigogine e Stengers (1997) a ciência passou de um 'conhecer' para um 'saber manipular'. Explicam como na termodinâmica a ideia de que a natureza era descrita e controlável não passava de um caso específico, e que de fato, não é o natural, mas um artifício. Os autores afirmam que no modelo biológico encontrou-se inspiração para a compreensão de um mundo povoado de seres capazes de evoluir e inovar dos quais somente como escravos seriam previsíveis e controláveis.

Entende-se que a dialética é incorporada à complexidade, assim como aspectos sistêmicos e funcionais o são. A ideia essencial da complexidade é unir e não polarizar, por esse motivo apresenta-se como um novo paradigma, ou seja, uma nova visão de mundo na ciência pós-moderna.

No próximo tópico, será realizada uma discussão onde se buscou tratar do conhecimento da administração e como este fora influenciado pelas correntes até aqui apresentadas.

#### **4 Discussão**

Neste tópico pretende-se discutir a formação da ciência da administração a partir da revisão das bases do conhecimento científico moderno apresentado nos tópicos anteriores. Em outras palavras, busca-se aqui evidenciar as raízes e os pré-saberes que epistemologicamente dão forma à ciência da administração. É notório que esta tem origem a partir das ciências sociais, carregando consigo também as bases que influenciaram a formação da sociologia. Como visto anteriormente, as bases da ciência moderna, com Descartes, Bacon e Kant, demarcam o início do racionalismo, do empirismo e do criticismo. As raízes profundas do funcionalismo decorrem do uso da razão e oposição à filosofia e à religião. As ciências sociais nasceram dentro destas bases em uma conformação do positivismo e do funcionalismo, quando Comte tem idéias para fundamentar a sociologia.

Mais tarde, quando Durkheim apresenta à sociologia seu objeto de estudo, o fato social, consegue-se justificar e isolar das pessoas o objeto de estudo da ciência que se propõe a entendê-las enquanto indivíduos na sociedade. O fato social é considerado por Durkheim, algo externo ao indivíduo e exerce coerção sobre o mesmo. É construído por todos, mas não pertence a ninguém. As sociedades ou subgrupos são vistos como substratos, produtos da vida comum e passam a ser tratados como coisas. Para Durkheim havia uma divisão social do trabalho. Com base no gênero humano, definiu o trabalho como o grande integralizador da coesão social. Esta definição deu legitimidade ao capitalismo. Outro conceito, a anomia social, denota os grupos desviantes, que não se enquadram às normas, no caso, normas do capital.

O funcionalismo se estruturou também na antropologia. A antropologia se sustentou como ciência pelo interesse dos países colonizadores em conhecer as culturas das civilizações primitivas. Seus principais axiomas: cultura como o conjunto de hábitos para satisfazer sociedade humana; sistemas organizados em instituições, que possuem normas. A cultura estrutura a educação, o controle social, a economia, e o conhecimento. A cultura é um esquema para acomodar as necessidades da sociedade (MALINOWSKI, 1970).

O funcionalismo tão forte na antropologia, na sociologia e na política, acaba por gerar na administração um paradigma, ou seja, uma matriz de crenças e valores, no sentido kuhniano. Esta deu o tom nas ciências administrativas. Taylor era americano e possuía forte influência inglesa, escreveu seu primeiro livro em 1903 e viveu no mesmo momento de Durkheim e Malinowski. As linhas do paradigma que se formava eram: teorias gerenciais, sociologia das organizações e comportamento organizacional. Seus axiomas principais concentravam-se nas necessidades fundamentais da organização para manter sua integridade, equilíbrio e autoconservação. Enfim, a ciência da administração é originada por um conjunto de regras necessários a manter, conservar e aprimorar um modo de produção específico, em uma época específica.

Mais recente que o funcionalismo, o sistemismo foi incorporado à ciência da administração, não para modificar o paradigma que a enclausurou, mas sim para reforçá-lo. No auge do fordismo foi o sistemismo que comandava as ciências sociais da época. As organizações eram vistas como sistemas sociais, e eram objeto de estudo da corrente estrutural-funcionalista. O ponto analítico de referência era a ação para a consecução de metas, a hierarquização da estrutura social, a visão institucional e cultural dos valores do sistema. Interessava as funções e os papéis desempenhados, não interessava discutir os valores sociais ou questioná-los. Os valores do capitalismo industrial descem, por dedução cartesiana, até as relações funcionais das organizações (metas, adaptação e integração). As organizações se legitimam, pois os seus valores se igualam aos valores do sistema social. As organizações ganham densi-

dade seguindo os padrões funcionais de metas a se atingir e com a mobilização de recursos: terra, mão-de-obra, capital, organização e tecnologia.

Para Kast e Rosenzweig (1976) a teoria geral dos sistemas é a base para unificação da teoria das organizações, devido a sua estreita relação com o funcionalismo. As organizações passam a serem vistas como sistemas abertos, ou ainda como Emery e Trist citavam, sistemas sócio-técnicos e subsistemas. A ciência da administração se dedica ao planejamento do sistema a fim de evitar sua morte. Para tanto mecanismos como: fronteiras fluidas, hierarquia sistêmica, feedback, entropia negativa, são empregados. Com estes mecanismos se busca alcançar o equilíbrio dinâmico do sistema.

No Quadro 1 encontra-se uma síntese das principais influências recebidas pela ciência da administração pelas correntes de pensamento. É flagrante a limitação do escopo para o campo científico da administração, o viés ideológico e a consolidação de um paradigma sistêmico/funcional como padrão para as organizações. Destaca-se principalmente, que o pensamento neste paradigma se limita a aprimorar o sistema vigente, sob a justificativa de que a maior eficiência organizacional e função social das organizações dentro de seu sistema social. Se a organização vai bem, o sistema vai bem.

Pensadores	Corrente de Pensamento	Influência na Administração
Bacon, Descartes, Kant	Empirismo/Racionalismo	Base para os princípios da administração científica, decomposição das tarefas, homem racional, separação sujeito-objeto.
Comte, Popper, Schlick, Benthan	Positivismo/Utilitarismo	Progresso como processo evolutivo e linear, materialismo utilitário.
Durkheim, Malinowski e Selznick	Funcionalismo	Conceito de função relacionado à necessidades, estruturas sociais como estruturas funcionais, organizações por objetivos, culto à função, homem funcional.
Parsons, Buckley, Kast e Rosenzweig	Sistemismo	Organizações legitimadas pela sociedade, sociedade como conjunto de organizações, organizações como parte do sistema social, afirmação do estruturalismo funcional, modelo de processo, regulação dinâmica, equilíbrio do sistema, reprodução do sistema.

Quadro 1 – Influência da corrente do paradigma sistêmico/funcional e suas raízes na ciência da administração.  
Fonte: Elaborado pelo autor.

Por outro lado, o paradigma crítico se desenvolveu tardiamente nas ciências sociais incluindo a administração. Algumas razões podem ser citadas: o funcionalismo ocultou a ideologia com o tecnicismo e a busca à eficácia (de Taylor até anos 70); a expansão econômica do fordismo; a hegemonia do funcionalismo nas ciências sociais; o desinteresse do marxismo pelos estudos organizacionais; e, o totalitarismo das experiências comunistas. Em meados dos anos 70 e 80 ocorreram diversos movimentos sociais envolvendo estudantes, sindicatos, ambientalistas, feministas, hippies, entre outros. Época também conhecida pela crise do modo de produção fordista. Neste contexto, a abordagem crítica encontra terreno promissor, mas não fácil de ser trabalhado, na área de organizações.

Em Séguin e Chanlat (1987) encontram-se quatro formas diferentes da concepção das organizações a partir de uma visão funcionalista. Primeiro, a concepção sistêmica e sincrônica, onde a organização é vista como um conjunto de partes que se relacionam e produzem resultados maiores que a simples soma destas partes, sob a relação coordenação, planejamento e execução, visando objetivos. Segundo, uma concepção teleológica, as organizações diferem de outros sistemas por terem objetivos, que são partilhados por todos os membros. Estes objetivos têm uma função social, que representam *inputs* para outros sistemas sociais, estes, se

aceitáveis (valores congruentes com a sociedade), dão legitimidade à organização, aspectos estes presente nos trabalhos de Selznick.

A terceira visão é uma concepção “a-histórica”, ou seja, a organização não tem história, o que limita análises de causalidade e de mudanças ao longo do tempo. Limita-se ao hoje e o amanhã, não se faz estudo da história das origens, dos porquês, das crises e dos conflitos. Finalmente, uma concepção integradora e não conflituosa, ou seja, integra a visão teleológica e sistêmica. Consiste em uma visão consensual da organização, como um modelo “ideal” que é perseguido por gerentes e consultores. Ou seja, na organização ideal não existe conflitos, tudo é consensual. Difere radicalmente das correntes de pensamento do paradigma crítico. Serva (1992) acrescenta a concepção da micro-visão dos problemas organizacionais. Esta separa organização e sociedade, gerando a crença falsa e incompleta da sociedade: o externo não exerce (ou deveria exercer) influência na empresa, em outras palavras, dentro da organização todos são profissionais.

No Quadro 2, destaca-se as correntes da dialética e da complexidade e possíveis evidências que podem influenciar a administração. Estas se colocam como um contraponto ao paradigma funcionalista, apesar de que a complexidade ter um posicionamento mais unificador, de acordo com Morin (1982). Contudo, é notadamente claro que estes elementos são ainda pouco explorados cientificamente no campo da ciência da administração, estabelecendo uma lacuna nos estudos organizacionais.

Pensadores	Corrente de pensamento	Influência na Administração
Marx, Gurvitch, Séguin e Chanlat, Benson	Dialética	Fenômenos inter-relacionados, a produção social da organização que envolve as noções de idéias, interesses, poder dos atores; a organização como uma totalidade, visão das relações complexas da organização, considera a história, estado de vir-a-ser, mudanças de sistema, conflito.
Descamps, Morin, Prigogine e Spencers	Complexidade	Ordem/desordem, equilíbrios/desequilíbrios, natureza é complexa, união de contrários, dinâmica do fluxo, inseparabilidade do sujeito/objeto, visão sistêmica, trajetória de desenvolvimento não-linear, incerteza.

Quadro 2 – Influência da corrente do paradigma crítico na administração.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A abordagem dialética das organizações contribuiu sobremaneira para superar estas concepções parciais apontadas por Chanlat. Em Benson (1987) tem-se uma ilustração da abordagem dialética nas organizações. Para o autor, a ideia de movimento na análise de organizações em termos de objetivos, estruturas, tecnologias é produzida histórica e socialmente, não são soluções técnicas dadas, como considera o funcionalismo. Para Benson (1987) a estrutura, a estratégia e a tecnologia vistas dialeticamente, não são apenas pontos de partida, mas também pontos de chegada. Questiona como se dão os interesses e os poderes no processo de escolha da tecnologia, da estratégia e da estrutura?

A visão dialética nas organizações buscará compreender o poder, a história, a política e as intenções dos atores envolvidos. Ou seja, nem sempre a melhor tecnologia vence, pois existem outras forças, outras idéias e ações em jogo. Estas outras idéias e ações tendem a ser priorizadas por uma estrutura de interesses decorrente dos atores que estão legitimados na organização. Da estrutura de interesses se almejam vantagens, para alcançá-las se usa do poder, que pode ser entendido como uma tentativa de concretização dos interesses. No jogo do poder coalizões podem ser feitas e desfeitas, sendo também afetadas por influências externas.

A realidade organizacional tem pelo menos dois níveis: morfologia e infraestrutura. Na morfologia, encontra-se um nível de realidade, bastante aparente. Caracteriza-se pela esco-

lha do ramo de atuação, da tecnologia empregada, objetivos formais, justificativas formais. A estrutura pode ser centralizada ou descentralizada, papéis e funções claramente definidas. As relações com o ambiente são formais. Na infraestrutura (termo marxista) se avança para outro nível de realidade, não tão aparente. Caracteriza-se pela estrutura de interesses na sociedade maior (classes sociais, grupos, etc), pelos modelos institucionalizados das profissões e seus conselhos, constituem as bases de recrutamento das elites organizacionais, entre outros elementos. Para Benson (1987) não se descarta o funcionalismo, pois este responde a um nível de realidade, porém este não permite chegar à infraestrutura. Por outro lado, o autor defende a ideia de um arcabouço mais ousado que contemple os dois níveis. Este arcabouço talvez seja encontrado na complexidade.

No contexto das organizações o paradigma da complexidade pode corroborar com análises mais próximas da realidade da organização e do ambiente na qual esta se insere, inclusive permitindo perceber as inter-relações destes. Morin (1986) faz considerações sobre a complexidade e a organização. Para tanto, afirma que enquanto que a organização possui elementos de racionalidade, esta também apresenta elementos complexos. A organização estabelece suas metas e para cumprir se estrutura funcionalmente, de maneira racional, dividindo as tarefas e funções. Por outro lado, estas funções são ocupadas pelo elemento humano o qual implica em um elemento complexificador por natureza, onde emergem as relações informais, interesses, disputas, conflitos, ideologias, entre outros aspectos, que ficam encobertos em uma análise essencialmente funcionalista.

Contudo, não é só o elemento humano que complexifica a organização, as escolhas estratégicas destas também possuem em si elementos aleatórios e de incerteza que denotam complexidade. A estratégia é formulada e implementada pela organização para manter ou ampliar sua competitividade. Ela está estreitamente relacionada com o ambiente externo e interno da organização e suas inter-relações. Neste sentido, a complexidade pode contribuir para melhor compreensão do ambiente externo, permitindo a organização reagir ou antecipar movimentos estratégicos a fim de adaptar-se às mudanças. Estes movimentos refletem diretamente na estrutura da organização e nas pessoas envolvidas, requerendo de ambas, permanente adaptação.

Neste sentido, soma-se a ideia do fluxo em transformação e da contraprodutividade estudados em Serva (1992), pois estes são propostos como elementos relevantes da análise organizacional. O primeiro adota a ideia de causalidade mútua que pode ser utilizada para explicar a inter-relação entre ambiente e organização e a própria formulação de estratégias. Destaca-se que algumas organizações não apenas se adaptam ao ambiente, mas também procuram moldar o ambiente no qual estão inseridas, fenômeno circular que evidencia a causalidade mútua. Já a contraprodutividade, contribui no aspecto interno, de encontrar ineficiências e ineficácias, não com bases weberianas homogêneas, mas por auto-referência, de maneira singular, local, respeitando as heterogeneidades das organizações.

Em síntese, pode-se dizer que o paradigma funcionalista e sistêmico juntamente com seus pré-saberes fundamenta epistemologicamente a tradicional abordagem da ciência da administração. As abordagens recentes, críticas ou dialéticas, procuram lançar luzes sobre aspectos organizacionais que a ciência normal não consegue alcançar. Neste contexto, o paradigma da complexidade se apresenta como contraponto a ciência moderna, contudo, sua abordagem integradora procura admitir os aspectos funcionais, sistêmicos, dialéticos como parte do mesmo todo. Entretanto, a complexidade tem sido ainda pouco explorada no campo da ciência da administração.

## **5 Considerações finais**

A ciência da administração tem sido uma ciência marginal pela ausência de elementos críticos que possam apontar as suas falhas epistemológicas. Talvez a principal delas seja a prisão ideológica pelo fato da administração ter se originado como ciência em um contexto

peculiar de ascensão e consolidação de um sistema, o capitalismo. O presente trabalho procurou rever as bases das principais correntes de pensamento que influenciaram a formação do conhecimento em administração, desde o empirismo e o racionalismo até o momento atual, onde a complexidade tem sido colocada como uma abordagem que consegue compreender melhor a realidade.

Nesta trajetória, o paradigma funcionalista foi o que acabou abarcando as ciências sociais e influenciando sobremaneira a administração, dentro de sua lógica formal, racional e utilitária. Superar esta visão parcial das organizações tem sido o desafio que alguns trabalhos da corrente crítica têm encarado nestas duas últimas décadas. Estes procuram perceber a organização em sua infraestrutura, no sentido marxista, buscando compreender elementos que estão fora de alcance da ótica funcional. Também se usa o termo 'totalidade' para descrever tal intenção.

Conclui-se que o arcabouço teórico reproduzido nas escolas de administração e nos meios de difusão científica representa apenas a 'ponta do *iceberg*' organizacional. A administração se reduz a prescrever soluções para manter o equilíbrio sistêmico da organização, evitar a entropia, e, sobretudo alcançar a meta estabelecida. Em momento algum se questiona a mudança do sistema. As pessoas são vistas como seres funcionais que têm um papel a cumprir dentro da organização. Seus conflitos e angústias são como anomias sociais dentro do contexto organizacional.

Uma preocupação que surge é o risco de clausura (ou fechamento) resultante da relação circular entre paradigma e comunidade científica no sentido kuhniano. Se a comunidade científica ligada à ciência da administração compartilha de apenas um paradigma, seu pensamento, sua pesquisa, seus achados, enfim, seu modo de perceber a realidade fica limitado à lente deste paradigma. Esta relação circular produz um reforço mútuo entre comunidade científica e paradigma, reforço este 'confortável' para ambos, porém limitador, fechado, ou seja, enclausurador do conhecimento. Ao mesmo tempo em que limita a percepção do que é o real, impede que outras formas de perceber a realidade façam parte desta relação. Por outro lado, se a comunidade compartilhar de vários paradigmas, seu pensamento, sua pesquisa, seus achados, enfim, seu modo de perceber a realidade será diversificado: multiparadigmático. A relação circular não será estável, 'confortável', porém não haverá clausura, isolamento, fechamento. Com isso, acredita-se que o campo possa ganhar maturidade e uma postura mais científica.

Neste sentido, as abordagens críticas ou complexas podem ampliar a análise trazendo variáveis novas, novas categorias de análise para o debate, de modo a contribuir para uma ciência da administração mais sólida e coerente, livre de laços ideológicos, permitindo que o *iceberg* seja observado em todos seus aspectos. A administração somente alcançará este patamar quando o seu conjunto de atores, ou seja, seus cientistas, pesquisadores e professores, conseguirem compreender a ciência em todo seu conjunto de pré-saberes, saberes e possibilidades de saber. Para tanto, pode-se especular aqui que a ciência da administração possui um longo caminho visando superar limitações paradigmáticas, principalmente as ideológicas para alcançar uma trajetória mais profícua no fazer ciência.

Para finalizar, cabe aqui destacar a principal limitação deste ensaio, bem como lançar sugestões para aqueles que se interessam pelo assunto. Quando se pretende abordar temas tão abrangentes como o deste trabalho, procura-se explorar conceitos e idéias de maneira sintética, com isso se corre o risco de tratar alguns pontos com certo superficialismo. Este risco foi conscientemente tomado para que se conseguisse em algumas páginas descrever ao menos as principais idéias que guiam as linhas de pensamento e, particularmente, influenciaram a ciência da administração. Sugere-se que outras discussões possam aprofundar cada linha de pensamento no contexto da administração, por outro lado, apresentar idéias integradoras, talvez multiparadigmáticas, para tratar do tema, bem como superar a limitação do presente trabalho.

## 6 Referências

BACON, F. **Novo organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BENSON, J. K. As organizações: um ponto de vista dialético, in Chanlat, J.-F. e Séguin, F. **L'analyse des organisations: une anthologie sociologique**. Tome I. Montreal : Gaëtan-Morin, 1987.

BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BUCKLEY, W. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. Cultrix: São Paulo, 1971.

CHANLAT, J.-F.; SÉGUIN, F. O paradigma crítico em sociologia (trad. livre); O paradigma crítico e sua concepção da organização (trad. livre), in **L'analyse des organisations: une anthologie sociologique**. Tome I. Montreal: Gaëtan-Morin, 1987.

\_\_\_\_\_. O paradigma funcionalista e sua concepção da organização (trad. livre); O paradigma crítico em sociologia (trad. livre); O paradigma crítico e sua concepção da organização (trad. livre), in **L'analyse des organisations: une anthologie sociologique**. Tome I. Montreal: Gaëtan-Morin, 1987.

CHEVALLIER J.; LOSCHAK, D. **A ciência administrativa**. Coleção Saber. Lisboa : Publicações Europa-américa, 1982.

DEMO, P. Base empírica da pesquisa social; Abordagem sistêmica e funcionalista – visão dinâmica dentro do sistema; Sociedade provisória – perspectivas de uma metodologia processual dialética, in **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

DESCAMPS, C. **As idéias filosóficas contemporâneas na França (1960-1985)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

DESCARTES, R. **Discurso do método** : meditações ; objeções e respostas ; as paixões da alma ; cartas. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DORTIER. J. F. Le cercle de vienne et le nouvel sprit scientifique. In: **Sciences Humaines**. hors-série, septembre, 2000.

DURKHEIM, É. As regras do método sociológico (cap. primeiro); Da divisão do trabalho social (livro I, cap. 1), in **Durkheim, coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, , 1978.

EVANS-PRITCHARD, E. Desenvolvimento teórico posterior, in **Antropologia social**. Lisboa: Edições 70, 1972.

ETZIONI, A. **Organizações modernas**. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

FOULQUIÉ, P. **A dialética**. Lisboa: Europa-América, cap. 1, 1978.

GURVITCH, G. Caracterização prévia da dialética, in **Dialética e sociologia**. São Paulo: Vértice, 1987.

KAST, F. K., ROSENZWEIG, J. E. **Organização e administração: um enfoque sistêmico**. São Paulo: Pioneira, 1976.

KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. 2. ed. Perspectiva: São Paulo, 1978.

LAPASSADE, G. Grupos, organizações e instituições. Rio de Janeiro : F. Alves, 1977.



LEFEBVRE, H. **Lógica formal. Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MALINOWSKI, B. A teoria funcional, in **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro : Zahar, 1970.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Lisboa : Europa-América, 1982.

\_\_\_\_\_, E. Complexité et organisation, in Audet, M. e Malouin, J.-L., **La production des connaissances scientifiques de l'administration**. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1986.

PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. **História da filosofia**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

PARSONS, T. Sugestões para um tratado sociológico da teoria de organização, in Etzioni, A. (org.), **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1967.

POPPER, K. A lógica da investigação científica, in **Karl Popper, coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **A nova aliança: metamorfose da ciência**. 3. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

RADCLIFFE-BROWN, A. Sobre o conceito de função em ciências sociais, in **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SCHLICK, M; CARNAP, R. Positivismo e realismo. In: **Coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SELZNICK, P. Fundamentos da teoria de organização, in Etzioni, A. (org.), **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1967.

SERVA, M. O paradigma da complexidade e a análise organizacional. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v 32(2), p. 26-35. Abr. Jun. 1992.

\_\_\_\_\_, M. A importação de metodologias administrativas no Brasil – uma análise semiológica, in **Revista de Administração Pública**, v. 26, n. 4, p.128-44, out/dez, 1992.